

Maquiavel Revisitado: Fronteiras e Segurança

José Filipe Pinto*

Resumo

Há cinco séculos, quando Nicolau Maquiavel ofereceu *O Príncipe* a Lourenço de Médicis, não logrou, no imediato, os seus intentos. No entanto, essa obra seria a chave para a imortalidade do seu pensamento político.

Na conjuntura atual, depois da implosão do Bloco de Leste e do fracasso do modelo unipolar estadunidense, a Humanidade continua à procura de um novo paradigma.

Num Mundo interdependente onde os partidos políticos assumem a condição de novíssimo príncipe, urge visitar Maquiavel porque o pensamento do mestre florentino pode contribuir para a redefinição das fronteiras e o readquirir da segurança.

Palavras-chave: Maquiavel, fronteiras, segurança, partidos políticos

* Professor Catedrático e Subdiretor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Subdiretor da *ResPublica*. Subdiretor do CICPRIS

120 *Abstract*

Five centuries ago, when Niccolo Machiavelli offered *The Prince* to Lorenzo de Medici, he didn't reach, immediately, his intent. However, this book would be the key to the immortality of his political thought.

In the current situation, after the collapse of the Eastern bloc and the failure of the unipolar American model, Mankind is still looking for a new paradigm.

In an interdependent World where political parties assume the condition of very new Prince, it's urgent to revisit Machiavelli because the Florentine master's thought can contribute to the redefinition of borders and to the return of security

Keywords: Machiavelli, borders, security, political parties

Revisitar os clássicos representa, na leitura de Diogo Pires Aurélio (2011), deixar de «os admirar como se admiram peças de museu. Notáveis, mas notáveis no seu tempo, e fechados numa redoma» e aceitar que, na conjuntura em que vivemos, eles «continuam a ter uma capacidade de dialogar connosco».

Uma capacidade que advém não apenas da forma lenta como a natureza humana evolui, mas também do reconhecimento de que, apesar da alteração das circunstâncias, as grandes questões relativas à análise do fenómeno político-social são marcadas pela intemporalidade.

Uma intemporalidade que, no entanto, é compatível com a aceitação de que um conceito evoluciona no tempo e vai conhecendo novas conceções suscetíveis de alterar, ainda que em doses desiguais, a sua essência.

Na época atual, uma conjuntura marcada pela crise do Estado soberano e pela soberania de serviço decorrente das integrações regionais e potencializadora de novas formas de dependência da periferia e da semiperiferia relativamente ao centro, importa revisitar Maquiavel, desde logo pelo papel por si desempenhado na construção do conceito de Estado moderno.

Uma tarefa que só pontual e superficialmente tem encontrado espaço junto dos pensadores seus compatriotas – consulte-se Croce, veja-se Gramsci, por exemplo –, embora Luís Salgado de Matos (2012: 117) refira que «o qualificado filósofo do poder operário da revolução italiana dos anos de chumbo» invocou Maquiavel «para substituir Marx como teórico da revolução», uma vez que via na multidão «conceito atribuído ao secretário florentino» e não no proletário o agente revolucionário.

Este quase esquecimento pátrio tem sido contrabalançado pela atenção que a obra de Maquiavel tem despertado em autores de outras nacionalidades, embora, em múltiplos casos, a análise crítica tenha dado lugar a um ataque feito em nome de interesses de fácil identificação. Como aconteceu em França onde «as convicções religiosas dos franceses, aliadas (...) aos resíduos medievais próprios da sua monarquia» e «à afirmação de uma vigorosa burguesia nacional», apoiante do regime, levaram à recusa do pensamento político de Maquiavel, apesar de parte desse pensamento «se prestar facilmente a ser adoptado pelos *politiques* franceses, designadamente no que diz respeito ao apelo à unidade nacional e ao sentimento patriótico» (Bento, 2012: 34).

Era a religião a fazer questão de marcar o seu terreno num país que se assumia como cristianíssimo.

Uma situação que, aliás, decorre da História e que, em Portugal, teve como primeiro rosto o Bispo de Silves, D. Jerónimo Osório, na sua obra *De Nobilitate Christiana*, datada de 1542. Uma crítica muito contundente, circunstância a que não será alheia a condição clerical de Osório e constatação feita por Albuquerque (1974: 69) de que «a perspectiva maquiavélica do poder não é *sacral* mas *racional*».

Uma voz que, a nível do solo português, não pregou no deserto, tal o número de autores e de obras elencados por Albuquerque. Uma crítica que, no entanto, foi além da dimensão religiosa, pois «alcançou até as obras menos acentuadas ideologicamente», como foi «o caso da *Arte della Guerra*» (Albuquerque, 1974: 140), embora, nesse caso, não fosse o conteúdo, mas a originalidade que foi colocada em causa, designadamente por Francisco Bernardo de Lima¹.

Devido à sua temática, a obra de Maquiavel também suscitou a reação de alguns titulares do Poder, como Napoleão, que comentou, criticando e elogiando, *O Príncipe* à luz da sua estratégia imperial e Frederico da Prússia que, no século XVIII, tinha sido mais cáustico, como o título da obra – *O Anti-Maquiavel* – deixa perceber.

Neste século, que acordou sobressaltado por uma crise que colocou em causa o paradigma vigente, importa continuar a revisitar os textos de Maquiavel e, sobretudo, o seu espírito, na tentativa de captar a recusa de uma espécie de determinismo pois, mesmo reconhecendo que a fortuna e a *virtù* se assumem como os dois fatores que influenciam a construção do sucesso, Maquiavel foi um «arauto de uma maneira de praticar a política que consiste em objectar aos tormentos infligidos pela fortuna a audaciosa inventividade da *virtù*» (Ménissier, 2012: 98-99).

Por isso, João de Almeida Santos (2012: 144) coloca entre os três princípios fundamentais que acompanham aquilo que designa por *normas técnicas* a ação humana, ou seja, «se a sorte governa metade das nossas acções, que sejamos nós (o príncipe) a governar a outra metade».

1. Com efeito, em 1762, escreveu Francisco Bernardo de Lima que Maquiavel ensinou «aos seus contemporâneos tudo que tinha aprendido dos Antigos. A ignorância universal, que então reinava, principalmente entre os Militares, fez parecer que tudo era novo». (Albuquerque, 1974: 141).

Assim sendo, a *virtù* é concebida como condição necessária – ainda que nem sempre suficiente – para a materialização dos projetos, embora não possa nem deva ser levada à letra a imagem criada por Maquiavel para explicar a mudança de sentido dos ventos da sorte, ou seja, «a fortuna é mulher e, para a conservar submissa, é necessário bater-lhe e contrariá-la» (Maquiavel, 2000: 133).

Um excesso que autoriza Leo Strauss a afirmar que, «ao tomar a fortuna por algo domável e dominável, [Maquiavel] não reconhece qualquer limite à iniciativa e à acção do homem» (Aurélio, 2012: 72). Daí a omissão a que condena o Direito Natural.

Voltando à *virtù*, importa dizer que a mesma convoca à ação numa clara rutura com a passividade contemplativa da época medieval. Uma atitude nova que conduz à emancipação num tempo marcado pela erupção do «orgulho humano dispuesto a enfrentarse com lo divino, a oponer al Dios creador el hombre que se basta a sí mismo, el hombre convertido en Dios por el hombre» (Chevallier, 1955: 5).

É esta a rutura trazida por Maquiavel. Uma mudança que se consubstancia na substituição da *bontà* eclesiástico-medieval pela *virtù*, a «força, energia do espírito e da vontade, têmpera de ânimo dirigida, tanto no bem como no mal, a um fim determinado» (Taborda, 1939, pp. 33-34).

Este ensaio não tem a pretensão de abarcar todas as cambiantes do pensamento político do mestre florentino, um pensamento complexo e que exigiria uma análise em vários campos, designadamente no âmbito da Filosofia da História e da Teoria do Estado e englobando a Teoria do Homem e a Teoria das Classes Sociais.

Uma complexidade que a dimensão do ensaio não possibilita captar por inteiro. Por isso, o objeto de estudo foi circunscrito a dois conceitos: fronteira e fortaleza.

1. Fronteira e Fortaleza

Na conjuntura presente, a circunstância de na União Europeia as fronteiras geográficas entre os Estados-Membros se terem tornado um mero apontamento administrativo remete para o esquecimento a importância que, ao longo da História, a fronteira teve na vida dos povos.

Uma importância que vem desde a sedentarização no Crescente Fértil e foi acompanhada pela valorização da classe ou grupo a quem

era confiada a defesa da inviolabilidade das fronteiras e a consequente segurança de pessoas e bens.

Na verdade, o fim do comunitarismo primitivo, devido ao surgimento da propriedade privada, exigiu uma delimitação do espaço próprio. Um espaço protegido pelos guerreiros e pelos sacerdotes. Os primeiros pela ação decorrente da força das armas. Os segundos pela ação indireta resultante de uma relação privilegiada com os deuses.

Com o evolucionar dos tempos, a fronteira continuou a ser primordial para a afirmação da identidade nacional, daquilo que era pertença de um povo e o separava dos outros, os vizinhos, sempre vistos como a ameaça própria, e dos que vinham de longe e ousavam violar as fronteiras do solo pátrio.

A definição das fronteiras, sobretudo quando não era um elemento natural a servir de linha de separação, exigiu uma intensa atividade diplomática e a celebração de acordos e tratados, uns e outros alteráveis sempre que a conjuntura o exigia.

Enquanto isso, a defesa dos limites do território ocupou uma imensidão de braços e tingiu de sangue os rios com margens de soberania separada.

Na passagem para a construção do Estado moderno, a questão das fronteiras assumia-se como um problema fulcral na Itália de Maquiavel. Era uma época marcada pela existência de Papas de moralidade pouco recomendável, mais interessados nas questões terrenas do que na doutrina da Igreja, e de senhores e famílias que, com demasiada frequência, encontravam aliados no exterior para cavarem a ruína dos adversários internos. Como fez Ludovico Sforza quando solicitou a invasão francesa, embora Maquiavel também tivesse vivido o tempo suficiente para assistir à invasão de forças espanholas, alemãs e suíças.

Para já não falar na sua Florença natal de onde o frade Savonarola tinha expulsado – estranha forma de pregar – os Medici, família que retomaria o domínio da República, mas não demoraria a voltar a ser desapausada do Poder.

Uma luta interna que estava longe de se resumir a Florença. De facto, a nível da Península Itálica, havia que contabilizar o preço de uma rivalidade entre os Estados Pontifícios, numa Roma de Orsini e Colonna, a República de Veneza, Florença dos Medici, Bolonha dos Bentivoglio, a Milão dos Sforza e o reino de Nápoles.

Por isso, a questão da segurança não podia passar ao lado de Maquiavel quando decidiu oferecer a sua mundividência – a vista ou perspectiva a partir de baixo, do povo – a Lorenzo de' Medici, como motivação para que este cumprisse o destino que, afinal, não era manifesto: a unificação de Itália. Uma oferta que, diga-se, não era desinteressada, uma vez que era feita por um funcionário que tinha sido destituído e condenado ao ostracismo, precisamente na sequência do regresso dos Medici a Florença. Um ostracismo que não se ficou pelo sentido figurado porque Maquiavel foi afastado de Florença e proibido de ir à cidade sem autorização.

Nesta espécie de degredo, *O Príncipe* representou uma tentativa de apaziguar a ira do Conselho Senhorial dos Medici, uma tarefa que, apesar dos esforços de Maquiavel, foi muito demorada. Porém, para além das motivações pessoais, outros elementos deverão ser tomados em linha de conta. Assim, o nacionalismo *avant la lettre* do mestre florentino fê-lo compreender que, na conjuntura de então, o Papa representava um obstáculo à unificação de Itália. Por um lado, já não dispunha da autoridade e do poder que tinham marcado a época medieval e, por isso, era demasiado fraco para conseguir assenhorear-se de toda a península, embora o filho do Papa, Cesare Borgia tivesse estado perto de conseguir, não fora a morte de seu pai o ter surpreendido na condição de doente.

Por outro lado, o Papa era poderoso em demasia para permitir que qualquer outro senhor realizasse esse feito. Ora, o desaparecimento do Papa Borgia representava uma daquelas situações que um príncipe, no caso, Lorenzo de' Medici, não podia desperdiçar, até porque Cesare Borgia não tinha conseguido fazer eleger o Papa da sua preferência nem evitar a eleição daquele que não desejava ver na cadeira de Pedro.

O Príncipe, uma tentativa de analisar o presente, tendo como ponto de partida o passado, representa um manual para a conquista e manutenção – a captura – do Poder e, como tal, a questão da segurança está presente em toda a obra.

De facto, Maquiavel não pretendeu escrever um tratado de ética, mas um livro útil. Para ele, os fins justificam os meios e foi nessa premissa que assentou a construção da sua teoria da razão do Estado. Uma teoria que implicava uma forma de atuação suscetível de nunca colocar em causa a segurança dos domínios, pois a manutenção dos

mesmos era o único critério para avaliar a assertividade das decisões tomadas.

Afinal, os princípios não justificam os fins. Tudo depende dos efeitos produzidos.

A segurança é, também, a temática que subjaz à escolha das armas ou exércitos, ao tipo de alianças a celebrar, à forma de administrar os territórios herdados ou conquistados, à identificação dos vícios que fazem perder e daqueles que se transformam em virtudes, ao critério para a seleção dos conselheiros e, também, ao papel reservado às fortalezas, os limites íntimos das fronteiras. O baluarte que tem de ser mantido sob pena de implicar a perda do solo pátrio.

É sobre este último aspeto, tratado no Capítulo XX, depois de uma referência no Capítulo X, que o presente artigo se vai debruçar. Porém, antes de entrar nessa análise, há dois elementos que exigem ser ditos.

Em primeiro lugar, numa perspetiva contextualizante, importa referir que *O Príncipe* foi escrito mais de um século antes do Tratado de Vestefália de 1649, o marco decisivo para a instauração de uma nova forma de relacionamento entre os Estados.

Assim sendo, pertence a uma conjuntura em que as relações internacionais ainda não se desenvolviam segundo os três eixos atuais – polemológico, normativo e economicista. Uma época em que a declaração de guerra – a subida aos extremos – estava longe de constituir um monopólio do Estado. Só que se nos séculos anteriores a edificação de castelos senhoriais tinha garantido a segurança, nos finais do século XV, os avanços da artilharia exigiram a construção de fortificações abaluartadas. Curiosamente, uma invenção italiana.

Em segundo lugar, e num âmbito já de regresso ao autor, a questão das fortalezas ou fortificações é uma temática que não representa um exclusivo de *O Príncipe* porque Maquiavel também a viria a abordar, melhor, a desenvolver, meia dúzia de anos mais tarde, na única obra de política que viu publicada em vida, *A Arte da Guerra*, designadamente no Livro Sétimo.

Aliás, esta é uma questão que nada tinha de estranho para Maquiavel «promovido a provedor de muralhas» (Mounin, 1984: 18) quando um Papa da família Medici, Clemente VII, se interessou pelo projeto de fortificar Florença. Algo que por razões económicas não viria a acontecer.

Entrando agora no capítulo em análise, descobre-se que Maquiavel começa por constatar que a forma de lidar com esta questão, um assunto que não separa totalmente da decisão de armar ou desarmar os súbditos, segundo se trate de um príncipe novo ou de um príncipe que adquire um Estado adicionado ao que já detinha, não tem sido sempre a mesma ao longo dos tempos porque «alguns construíram fortes; outros destruíram-nos», situação que deixa clara a pertinência de «particularizar os Estados onde foram tomadas tais decisões» (Maquiavel, 2000: 110).

Era a constatação de que as ciências designadas como sugestivas por Skidelsky (2013) encontram dificuldades ao nível da prova ou da construção de leis objetivas e universais.

Depois, Maquiavel desce aos exemplos e refere as estratégias usadas em Pistoia, Pisa, Venezia e Siena, embora numa perspetiva mais do âmbito do relacionamento dos senhores com os vassalos, designadamente no supracitado fornecimento ou apreensão de armas, antes de entrar no problema das fortalezas.

No que concerne a este assunto específico, Maquiavel começa por louvar a atitude dos príncipes que edificam «fortalezas e cidadelas que sirvam de rédea e freio aos que pensem resistir-lhes e também para terem um refúgio seguro contra um levantamento súbito» (Maquiavel, 2000: 114).

Dito de outra forma: as fortalezas tanto podiam servir como elemento dissuasor de eventuais ataques como de porto seguro no caso de alguém ousar atacá-las. Só que esse louvor não implica o reconhecimento de que também houve boas decisões, embora de sentido contrário.

Por isso, Maquiavel, ainda na mesma página, apresenta três exemplos:

- Messere Nicolao Vitelli, que «destruiu dois fortes na cidade de Castelo para conservar o país»;
- o Duque de Urbino, Guido Ubaldo, que, quando retornou ao seu domínio, «arrasou *fonditus* todas as fortalezas do país, convencido de que, não as tendo, não o perderia de novo com tanta facilidade», e
- os Bentivoglio, que, quando voltaram a dominar Bolonha, «fizeram o mesmo».

Face ao exposto, ou seja, a impossibilidade de identificar uma regularidade por força da existência do contraditório, Maquiavel conclui que as «fortalezas são proveitosas ou prejudiciais conforme os tempos, e se servem numa coisa prejudicam noutra» (Maquiavel, 2000: 114), uma conclusão *redonda* e, por isso mesmo, a exigir desenvolvimento. Foi o que o mestre florentino fez, explicando a sua sentença através do recurso a um novo elemento – o povo. Uma escolha que não permite dúvidas sobre a sua recusa em aceitar a posição daqueles que defendem que toda a edificação assente no amor do povo não passa de uma construção instável. Sobre lodo e sem base de sustentação.

A alusão ao amor do povo impõe uma reflexão, ou melhor, um questionamento, ainda que necessariamente breve. De facto, se para Maquiavel os homens eram «fundamentalmente maus: levianos, covardes, ingratos, cruéis, negligentes, maldosos, estúpidos, invejosos» (Mounin, 1984: 25), como é que o príncipe poderia acreditar no seu amor? Dito de outra forma: será que a passagem do individual para o coletivo consegue absorver todas as características negativas e, qual rei Midas, transformá-las em qualidades?

Questões que não se colocaram ao mestre florentino que, apesar das leituras que fez de Aristóteles sobre a natureza humana, colocou a tónica na observação ou na experiência e, como tal, valorizou aquilo que é observável por via dos sentidos, ou seja, o comportamento. Ora, natureza e comportamento não são conceitos sinónimos, como a leitura da visão pessimista de Santo Agostinho e, sobretudo, da visão otimista de São Tomás de Aquino, permite compreender. Face à ausência deste questionamento, não admira que Maquiavel (2000: 114-115) defenda que «o príncipe que tem mais medo do seu povo do que dos estrangeiros deve construir fortalezas, mas aquele que teme mais os estrangeiros do que os seus súbditos, não se deve preocupar com isso», ou seja, as fortalezas apenas serviam para tentar conter o inimigo interno.

Depois, exemplifica a falta de utilidade das fortificações, dizendo que «o castelo de Milão, construído por Francesco Sforza, fez e fará maior dano à casa dos Sforza do que qualquer desordem ou distúrbio que tenha surgido ou venha a surgir no país» (Maquiavel, 2000: 115), embora não deixe de referir uma exceção à regra: a Condessa de Forlì, após a morte do conde Girolamo, seu esposo, porque «pôde, por esse meio, furtar-se à fúria do povo, aguardar os socorros de Milão e recuperar os seus Estados» (Maquiavel, 2000: 115).

Exceção que, no entanto, foi de curta duração porque, uma vez abandonada pelo povo, a fortificação de nada lhe valeria para se defender de um invasor que se soubera aliar ao povo, Cesare Borgia, o filho do Papa. Alguém que, segundo Maquiavel, só não cumprira os objetivos a que se propusera devido à doença que o atingiu quando o pai entregou a alma ao criador. Certamente para a condenação anunciada por uma vida de devassa que fez do apelido Borgia uma mancha pecaminosa na vida da Igreja Católica, Apostólica Romana.

Voltando à temática em estudo, vejamos a forma como Maquiavel encerra o capítulo, apresentando, novamente, uma solução fora de sentido único: «acho louvável que se construam e não construam fortalezas e censuro todo aquele que, fiado nelas, não evita ser odiado pelo povo» (Maquiavel, 2000: 114).

Era o reassumir da ideia de que as fortalezas não eram apenas de pedra, ou seja, para um príncipe a principal fortaleza era o amor e a entrega do seu povo.

Esta conclusão ambivalente traz à colação a crítica que é feita ao mestre florentino que «por falta de uma visão metafísica, de uma preocupação sistemática ou até por puro oportunismo político (...) nem sempre apresentou um pensamento com unidade lógica, não isento de ambiguidades, dando mais do que a maioria dos autores, origem a interpretações divergentes» (Albuquerque, 1974: 83).

De notar, ainda, que, no *Príncipe*, Maquiavel não se debruçou sobre as fortalezas em si mesmas. Deixou esse assunto para *A Arte da Guerra*, o livro onde alguns quiseram ver – erradamente – uma cópia, ainda que por outras palavras, de Vegécio e de Políbio. Foi nessa obra que o mestre florentino mostrou, mais uma vez, a sua veia nacionalista.

De facto, ao contrário do ideal grego que definia como critério a beleza e a harmonia e subordinava a utilidade ao elemento estético, Maquiavel assumiu a herança da civilização romana, ou seja, o predomínio da utilidade sobre a beleza. Por isso, mais do que fazer fortalezas capazes de encher o olho pela sua beleza, era fundamental garantir que as mesmas fossem, efetivamente, úteis e suscetíveis de assegurarem a finalidade que levava à sua edificação.

Apresentada a conclusão, interessa saber se a mesma mantém atualidade no berço que a viu nascer, apesar das enormes alterações que o fenómeno político sofreu desde a data – há cerca de 500 anos – em que a obra foi escrita.

2. Depois do *Risorgimento*: o Novíssimo Príncipe

Uma primeira constatação prende-se com a mudança resultante da unificação de Itália, um feito que encontrou em Garibaldi e Vítor Emanuel II o papel que Maquiavel julgava reservado a Lorenzo de' Medici.

Por força dessa unificação, as rivalidades denunciadas na obra, apesar de reminiscências que continuam detetáveis a olho nu, cederam lugar a um todo nacional, uma República, com a consequente alteração de sentido no relacionamento entre o povo, enquanto detentor da soberania, e os dirigentes cujos mandatos não imperativos são marcados pela temporalidade.

Agora, o Poder é exercido a partir de cima, mas é a base que escolhe e avalia o desempenho das cúpulas que aceitou levantar. Uma analepse permitiria dizer que deixou de ser o senhor a desarmar o súbdito para ser o eleitor a escolher em quem delegar a soberania. Um eleitor que, nas urnas, castiga ou premeia o desempenho, uma vez que recusa o elogio da mentira proveitosa feito por Platão: «Se a alguém compete mentir é aos chefes da cidade, por causa dos inimigos ou dos cidadãos, para benefício da cidade» [389c]. Além disso, como João de Almeida Santos tem abundante e criteriosamente escrito, o fenómeno político italiano é fortemente condicionado pelos avanços da comunicação. Berlusconi usou o império audiovisual de que era proprietário para alcançar o Poder. Beppe Grillo, graças ao blog – <http://www.beppegrillo.it> –, abriu caminho para a democracia digital.

Uma revolução só que dos novos tempos.

Há alguns anos, era norma que as revoluções nascessem de golpes de Estado e dessem origem a Constituições que, uma vez aprovadas, matavam a progenitora e instituíam uma nova ordem, um modelo contraditório com o que até então fora vigente.

Na atualidade, a mudança já não muda como *soía* e sobre a nova ordem é maior o desconhecimento do que o conhecimento efetivo, com a agravante de o progresso tecnológico nunca ser neutro e comportar potencialidades imensas e perigos de dimensão não inferior. Por isso, quanto à segurança, as novas fortalezas talvez passem a ser do âmbito da informática, como os antivírus e as *firewall*. Fortalezas a necessitem de obras constantes – as atualizações –, situação que, no entanto, não garante proteção contra os invasores dos tempos modernos, os *hackers*, uns piratas para quem fazer passar um camelo de informação

pelo buraco minúsculo de uma agulha ou pelos fios de uma rede deixou de constituir problema. Razão pela qual o fundador da Microsoft, Bill Gates, viu o seu computador pessoal ser invadido por piratas informáticos que já estavam um passo à frente do nível em que se considerava seguro.

Em Portugal, um fado defendia o segredo do segredo ao cantar que havia algo que nem às paredes confessava e os jovens – sobretudo do sexo feminino – sentiam-se infantilmente protegidos por uma chave quando contavam ao seu diário os sonhos mais íntimos.

Os tempos mudaram e, por isso, num mundo onde a informática está presente de uma forma contínua, talvez seja aconselhável não confessar tudo ao diário dos tempos modernos – o computador.

Um cuidado a ter não apenas a nível individual, mas também – ou sobretudo – no patamar coletivo, como aconselha a denúncia feita por Edward Snowden sobre a dimensão da espionagem norte-americana, uma manifestação que apetece adjetivar de maquiavélica. No pior sentido do termo. De facto, não se trata de vigiar os países que os Estados Unidos identificam como o eixo do mal. Da extensa lista de países e instituições vigiados fazem parte aliados tradicionais dos norte-americanos. Uma situação que faz lembrar, ainda que apenas em parte, a máxima de Lord Palmerston segundo a qual os países – no caso a Inglaterra do século XIX – não têm aliados eternos nem inimigos perpétuos. Têm interesses em nome dos quais se permitem dispensar os valores.

Voltando à obra em análise, como fortaleza do passado resta o amor do povo, agora revisitado em algo mais palpável, as avaliações feitas pelos eleitores e que se traduzem em votos. Nesta era nova, o voto tanto pode assumir a condição de fortaleza para defender a manutenção da ordem vigente como de arma de arremesso destinada a destruir essa ordem e a edificar uma outra que irá ser colocada à prova quando chegar um novo ato eleitoral. Preocupante é, sem dúvida, o aumento da taxa de abstenção, mesmo que feita através de votos nulos e brancos, porque representa uma manifestação de desencanto com o sistema. Uma quebra de confiança de quem não se sente representado. Uma situação que aconselha a reler Rousseau e a sua recusa da democracia representativa e da delegação – e, por razões óbvias, da alienação – da soberania. Rousseau não compreendia como é que alguém podia usar a liberdade para acabar com a própria e, por isso, só admitia a existência de uma forma de democracia – a direta.

Na conjuntura atual, será que o relacionamento em rede, um ato comunicativo de *many to many*, se constitui como a emergência de uma forma revisitada da democracia direta? Será que a facilidade e a rapidez decorrentes de uma ligação em rede permitem ultrapassar a separação física e tornar todos presentes na *agora* dos tempos modernos?

São questões pertinentes e sobre as quais convirá refletir com profundidade e rapidez porque o tempo não lida bem com os adiamentos ou as indecisões e nunca perdoa aqueles que o perdem.

À Guisa de Conclusão: o Triunfo da Sagesa

Cada tempo tem o seu novíssimo príncipe, como Adriano Moreira escreveu na – e relativamente à – fase em que a revolução social tomou conta das ruas de um país em transe. Um tempo em que o novíssimo príncipe vestia uma farda e impunha uma soberania tutelada. Um príncipe que demorou a cumprir a palavra dada em 25 de Abril de 1974, uma vez que partilhou o Poder até à revisão constitucional de 1984. Uma resistência de dez anos que fazia pensar nas palavras de Maquiavel (2000: 94): «nunca faltaram a um príncipe pretextos legítimos para justificar a sua falta de palavra».

De acordo com a terminologia da Ciência Política, o Conselho da Revolução deixou de fazer sentido quando a Constituição entrou em vigor porque as revoluções nascem para fazer constituições e estas, uma vez aprovadas, estabelecem uma nova ordem e matam a revolução.

Acaba a revolução. Eclipsa-se o príncipe.

Se Maquiavel vivesse na conjuntura presente, talvez lembrasse o atual novíssimo príncipe – os partidos políticos – de que a melhor forma de resolver o problema é matá-lo à nascença. Matar não no sentido mais duro do termo, aquele em que o Maquiavel de outros tempos o utilizou com alguma frequência, mas num sentido mais condizente com a vida hodierna.

Uma revisitação das duas formas de lutar e a consideração de que entre o método próprio do homem – através do direito – e o método dos animais – o recurso à força – não existe obrigatoriamente uma incompatibilidade.

Uma estratégia que parta do pressuposto de que não é possível – nem desejável – inviabilizar a participação dos cidadãos na política e parar o avanço tecnológico, situação que conduz a uma redução

drástica da força do lobo porque de absolutismos e totalitarismos - ditaduras, para abreviar – já a Humanidade tem a sua conta.

Estratégia que, no entanto, não pode, em circunstância alguma, ignorar a esperteza da raposa, embora convenha dispensar os excessos de matreirice que, inevitavelmente, acabam por conduzir à desconfiança. Uma doença suficientemente corrosiva para apodrecer a rede, mesmo que esta dispense os fios.

Em Portugal, quando não aceitou ser dono apenas das chaves e das estradas do reino, D. João II – um monarca em cuja ação muitos viram a influência de Maquiavel – recorreu à máxima: *Há tempo para fazer de coruja e tempo para voar como falcão*.

Na atualidade, talvez se aconselhe ter a coruja como modelo. A ave conotada com a sabedoria e que só levanta voo ao entardecer, mas que, quando regressa, nunca vem de patas a abanar.

Numa conjuntura em que o modelo diluído cedeu lugar a um modelo organizacional, é dessa racionalidade sagaz, feita de respeito pela transparência na gestão da *res publica* e pelo direito ao contraditório, que depende a manutenção de um espaço cuja conquista foi tão demorada.

Bibliografia

- Albuquerque, M. (1974). *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras, Instituto de História Infante Dom Henrique.
- Amaral, D.F. (2006). *História das Ideias Políticas*. Coimbra: Almedina.
- Aurélio, D. (2012). "A Fortuna ou o Imprevisível em Política". In: A. Bento (org.), *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina, pp. 63-93.
- Aurélio, D. (2012). Entrevista. *Jornal de Negócios*, 5-11-2011.
- Bento, A. (2012). "Maquiavelismo e Anti-Maquiavelismo na Razão de Estado da Contra-Reforma". In: A. Bento (org.), *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina, pp. 23-61.
- Chevallier, J.J. (1955). *Los Grandes Textos Políticos Desde Maquiavelo a Nuestros Días*. Madrid: Aguilar.
- Maquiavel, N. (2000). *O Príncipe*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Maquiavel, N. (2006). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Matos, L. (2012). "Maquiavel Entre Dois Mundos". In: A. Bento (org.), *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina, pp. 115-136.

- 134 Ménessier, T. (2012), "Inactualidade de Maquiavel? Regresso ao «Maquiavelismo»". In: A. Bento, A. (org.), *Razão de Estado e Democracia*. Coimbra: Almedina, pp. 51-99.
- Moreira, A. (1977). *O Novíssimo Príncipe*. Braga: Intervenção.
- Mounin, G. (1984). *Maquiavel*. Lisboa: Edições 70.
- Platão (2005). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, J.A. (2012). "Viagem Pelas Releituras de Maquiavel". In: A. Bento (org.), *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina, pp. 137-157.
- Santos, J.A. (2013). *Media e Poder – O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Vega.
- Skidelsky, R. (2010). *Keynes: O Regresso do Mestre*. Lisboa: Texto Editora.
- Taborda, V. (1939). *Maquiavel e Antimaquiavel*. Coimbra: Atlântida Editora.